

# "O FMI deve recuperar seu papel"

Eis a íntegra do discurso proferido ontem, pela ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, na reunião do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, em Washington:

Senhor presidente,

Venho a este fórum como representante de um grupo de países com um pensamento comum. Venho como representante de um governo que está promovendo a mais profunda reforma econômica em sua história. Meu país está realizando mudanças de grande dimensão em sua vida e em sua imagem, guiado por suas necessidades e prioridades. Trago aqui não apenas um relato dos resultados que já obtivemos, mas também a proposta de um diálogo mais maduro e mais profícuo com a comunidade financeira internacional.

O governo do presidente Fernando Collor está cumprindo um compromisso assumido com a sociedade brasileira. O que estamos realizando no Brasil deriva da consciência nacional de que o País precisava mudar para vivenciar padrões mais elevados de justiça e igualdade. Tomanos, na realidade, medidas mais amplas, profundas e coerentes do que preconizavam as diretrizes tradicionais dos programas de ajuste dos anos 80. Agimos por inspiração própria, por acreditar que era este o único caminho a seguir.

Senhor presidente,

Em abril do ano passado, o FMI projetou uma redução do crescimento das economias industriais para 1990 e um amplo crescimento das economias dos países em desenvolvimento. Agora as projeções tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento são de redução, sendo que no último caso drástica. Para 1991, as expectativas de uma forte recuperação dos países em desenvolvimento como grupo estão cercadas de uma grande dúvida. Minha preocupação com um cenário muito otimista sempre foi que ele divergia a atenção das imensas pressões sociais, políticas e econômicas sob as quais muitos desses países estão operando.

Um elemento chave para o crescimento da economia mundial é a abertura dos mercados dos países industrializados. Estamos comprometidos com o êxito da Rodada Uruguai. Ela deveria resultar no fortalecimento do sistema multilateral de comércio, na eliminação de medidas unilaterais, na consolidação de regras estáveis e equitativas aplicadas por todos, na eliminação de barreiras

ilegais ao comércio, em resultados equilibrados que tragam benefícios para todos os países em todas as áreas de negociação.

Temos conclamado à maior disciplina e coordenação macroeconômica, mas os progressos até o momento mostraram-se insuficientes. O FMI deve recuperar seu papel fundamental de fórum e debate de novas idéias. Ele deve também refletir mais adequadamente a interdependência de seus membros e promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de transmissão de conhecimento.

A incerteza sobre os rumos da economia mundial e a desigualdade no ritmo de crescimento entre distintas regiões e países são questões de extrema importância para os países em desenvolvimento. No caso particular dos países latino-americanos, as dificuldades na retomada do crescimento têm sido associadas à não-realização de programas adequados de ajuste e de reformas estruturais ou à interrupção de tais programas antes que seus objetivos estejam consolidados. Essa visão é claramente desequilibrada. Ela subestima a importância da carga da dívida e do relacionamento econômico internacional em sentido amplo.

Senhor presidente.

Apesar da pequena redução já registrada no peso do endividamento com relação ao PIB e às exportações dos países em desenvolvimento, o problema da dívida permanece ainda e impede a retomada do crescimento dos países altamente endividados. Muitos latino-americanos iniciaram significativos programas de ajuste, mas seus esforços não receberam resposta à altura da comunidade financeira internacional. O Clube de Paris, por exemplo, só contempla cancelamento ou redução da dívida apenas para os países de menor desenvolvimento relativo. Não obstante há países de renda média para os quais os débitos oficiais constituem um problema central a ser também equacionado a partir de um enfoque mais abrangente. Outro problema é a desnecessária rigidez na alocação de recursos do principal e serviço da dívida. Nesse quadro, acolhemos a disposição do FMI de apoiar programas de ajuste, ainda que os países endividados estejam engajados em debate com os bancos comerciais sobre o pagamento de débitos em atraso.

Senhor presidente,

Quero dirigir-me em particular a dois problemas que temos que resolver agora: quotas e atrasados. Favorecemos o maior aumento das quotas, tal

como sugerido pelo diretor-gerente, mesmo que o processo de aumento tenha que ser finalizado mais adiante, na 10ª Revisão. Solicitamos maior acesso aos recursos do Fundo.

Apoiamos igualmente o fortalecimento da prevenção de atrasos, através, principalmente, do aperfeiçoamento das análises, de melhor concepção de programas e da incorporação de assistência financeira suplementar por parte de outros credores internacionais.

No que tange a dissussão de atrasos, é nossa opinião que as medidas atuais são já bastante duras e se provaram efetivas. Assim, opomo-nos à introdução de nova sanção ou suspensão dos direitos de voto dos membros e de outros direitos a eles relativos, assim como todo vínculo entre ele e o aumento de quotas.

Sobre financiamento dos atrasados, acreditamos que os recursos atuais são suficientes. Não queremos aumentar repartição de cargas, em particular para países endividados.

Senhor presidente,

Há poucas semanas tive a oportunidade de apresentar à comunidade financeira internacional as linhas básicas do programa que estamos realizando. De lá para cá o plano econômico foi amplamente debatido e aprovado pela sociedade brasileira e pelo Congresso Nacional. Essa aprovação reflete a extraordinária liderança do Presidente Fernando Collor e o apoio decidido da população a seu programa de governo.

Passados pouco mais de cinquenta dias de execução do plano, o processo inflacionário está sob controle.

Entramos agora em uma nova etapa em que o objetivo principal do plano passou a ser o funcionamento saudável da economia. Ao lado disso, estamos reduzindo o déficit público através de uma ampla reforma da máquina estatal e de uma política fiscal rigorosa. Vamos atingir ao final de 1990 não apenas a eliminação do déficit, que se previa em torno de 8% do Produto Interno Bruto, mas um superávit. O programa de privatização, que começa a ser implementado constitui além disso componentes significativos do ajuste fiscal.

O Brasil está firmemente determinado a escapar do círculo vicioso que se tem evidenciado na condução do problema do endividamento. O espírito de cooperação que nos move não deve obscurecer a ação política subjacente a esta sequência de ações: primeiro cuidamos de arrumar a casa, depois iniciamos os entendimentos com nossos parceiros. Isto significa que as decisões sobre a nossa política econômica antecedem

como condicionam os acertos externos.

Estamos dispostos a nos engajar numa negociação capaz de trazer soluções duradouras para todas as partes envolvidas no problema. A postura do governo brasileiro nesta negociação será governada por rigida compatibilização do serviço da dívida à capacidade de pagamento imposta pelas restrições fiscais e monetárias consistentes com o equilíbrio macroeconômico e o crescimento sustentado da economia.

O Brasil está-se engajando em intenso diálogo com o Fundo Monetário Internacional, com vistas à negociação próxima de um acordo "stand by". Deveremos também fortalecer nossos entendimentos com o Banco Mundial e o BID, a fim de reverter, tão rapidamente quanto possível, nossas transferências líquidas de recursos para aquelas instituições.

Estamos certos igualmente de contar com a ativa cooperação dos governos dos países credores, sobretudo no tocante a dois pontos:

- primeiro, mediante a criação de um entorno regulatório em matéria fiscal e contábil que de fato estimule os processos de redução da dívida;
- segundo, pela adoção de abordagens mais flexíveis e imaginativas nas negociações do Clube de Paris.

Por fim, com respeito aos bancos comerciais, reafirmamos firmemente nosso interesse em estabelecer um clima construtivo para as complexas tratativas que temos pela frente.

Por outro lado, cumpre retomar a importante recomendação do Plano Brady de que sejam suspenhas, ao menos temporariamente, as cláusulas contratuais que entorpecem a redução da dívida e terminam por favorecer os free riders, justamente aqueles bancos que não comparecem com espírito positivo à mesa de negociações.

Senhor presidente,

Viramos uma página na história brasileira. Mas nosso êxito total depende das soluções que venham a ser obtidas para os problemas do setor externo. No diálogo com a comunidade financeira internacional, não podemos e não nos vamos atender às práticas do passado. Pretendemos, acima de tudo, romper o ciclo de empobrecimento e inadimplência externa a que nos conduziu até agora o encaminhamento das negociações externas. Equacionado o problema de forma consistente, o Brasil retomará definitivamente o rumo do progresso e voltaremos a ser, todos, parceiros no crescimento.

Muito obrigada.